

HISTÓRIA DO BRASIL COMO SABER ESCOLAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DOS EXAMES DE ADMISSÃO AO GINÁSIO (1931-1971)¹

Cristiani Bereta da Silva*

lattes.cnpq.br/4486308507639469

Resumo: Neste artigo analisa-se a constituição da história do Brasil como saber escolar em dois livros didáticos usados nos estudos preparatórios para os exames de admissão ao ginásio. Destinados a estudantes e professores, os livros *Programa de Admissão* (Cia. Editora Nacional) e *Admissão ao Ginásio* (Editora do Brasil S/A) tiveram dezenas de edições e milhares de tiragens. Ambos aparecem como índices de memória em muitas narrativas orais e escritas de pessoas que estudaram e/ou atuaram como docentes nas décadas de 1930 a 1970. Parte-se do pressuposto que os dispositivos de funcionamento desses exames provocaram mudanças tanto na organização do currículo quanto nas finalidades de cada disciplina selecionada para os testes. Certamente, as escolhas dos conteúdos, feitas pela instituição de ensino secundário – a partir dos programas oficiais – contribuíram para reorganizar os saberes escolares também no primário, haja vista a necessidade de preparação para os exames realizada tanto no ensino regular quanto em cursinhos ministrados para preparar as crianças – aquelas que podiam pagar – para os exames. Nesse exercício serão mobilizadas, principalmente, as categorias de cultura escolar e cultura histórica, bem como o conceito de representação. Acredita-se que a investigação e o estudo desses manuais didáticos sejam capazes de contribuir para a inteligibilidade não apenas dos processos de constituição e de consolidação da história do Brasil como saber escolar, mas principalmente as variadas formas de sua difusão e apropriação, no passado.

Palavras-chave: História do Brasil; Saber escolar; Livros didáticos; Exames de admissão ao ginásio.

¹ Versão modificada de trabalho apresentado no XII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (CIHELA), realizado na Universidade de Antioquia, Medellín, Colômbia, nos dias 15 a 18 de março de 2016. As discussões aqui propostas constituem recorte da pesquisa “Exames de admissão ao ginásio e o ensino de História do Brasil (Décadas de 1930-1970)”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com concessão de bolsa produtividade em pesquisa para o triênio 2016-2019.

* Doutora em História. Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC (Brasil). Contato: cristianibereta@gmail.com.

HISTORY OF BRAZIL AS SCHOOL KNOWLEDGE IN THE TEXTBOOKS OF MIDDLE SCHOOL ENTRANCE EXAMS (1931-1971)

Abstract: The present article aims at analyzing the construction of Brazilian history as school knowledge in two textbooks used in preliminary studies for middle school entrance exams. Designed for students and teachers the textbooks of the *Admission Program* (Cia. Editora Nacional) and *Middle School Admission* (Editora do Brasil S/A) had dozens of editions and thousands of runs. Both books appear in many oral and written recollections of students and teachers between the 1930s and 1970s. We begin by assuming that the exams' working devices incited changes both in the curricular structure and in the functions of each subject selected for the exams. The subjects chosen by the secondary education institutions – following official regulations – surely contributed to reorganize school knowledge as early as primary education, considering students' need to prepare for the exams, both in regular education and, for those who could afford them, private preparatory courses. To conduct such an exercise, the categories of educational and historical culture, as well as the concept of representation, will be employed. We believe that researching and studying these textbooks can contribute to an understanding of not just constitution and reinforcement processes of Brazilian history as school knowledge, but mainly of the many forms of its diffusion and appropriation in the past.

Keywords: History of Brazil; School knowledge; Textbooks, Middle school entrance exams.

* * *

Introdução

Ainda pouco privilegiado como objeto de pesquisa na História da Educação, os exames de admissão ao ginásio², que vigoraram entre 1931 e 1971, marcaram indelevelmente as famílias brasileiras que desejavam que seus filhos se escolarizassem para além dos quatro anos do Primário. Durante quatro décadas, estudantes que terminavam a escola primária e

² A Reforma Francisco Campos (Decreto nº 19.890, de 1931) instituiu a obrigatoriedade dos exames de admissão e organizou o ensino secundário, dividido em dois cursos seriados: fundamental (com duração de cinco anos) e complementar (com duração de dois anos), este último exigido para o acesso a alguns cursos superiores. Os exames foram extintos pela Lei nº 5.692, de 1971, que unificou o ensino primário com o ginásio, constituindo o primeiro grau, com duração de oito anos e o segundo grau, com duração de três anos.

que desejavam prosseguir com os estudos no Secundário³ deviam se submeter aos exames de admissão, dispositivo ao mesmo tempo divisor e seletivo entre esses dois níveis de ensino. A seletividade e a distinção faziam parte de uma rede de significação simbólica que atribuía aos exames a ideia de senha para a ascensão social do estudante e, por extensão, da sua família (NUNES, 2000; MINHOTO, 2007).

Não obstante, terem sofrido mudanças ao longo de sua vigência, os exames de admissão ao ginásio podem ser descritos, em linhas gerais, da seguinte forma: o candidato à matrícula na 1ª série do Secundário deveria ter a idade mínima de 11 anos e prestar o exame na segunda quinzena de fevereiro (uma alteração iria permitir realização em dois períodos: dezembro e fevereiro). A inscrição para o exame deveria ser feita na escola secundária (pública ou privada) onde o estudante desejasse estudar e envolvesse a apresentação de diferentes documentos, como certificados de vacinas, foto 3x4 etc., além do pagamento de uma taxa, inclusive nas instituições públicas. As provas – escritas e orais – abrangiam quatro áreas de conhecimento: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil⁴. Cada escola secundária deveria fixar as vagas existentes para a 1ª série e competia a ela elaborar as provas, seguindo os programas oficiais. A avaliação também era de sua responsabilidade, ocorria por meio de uma banca, composta por três professores, sob a fiscalização do inspetor responsável pela instituição.

A compreensão sobre o lugar dos exames de admissão na História da Educação, no Brasil, precisa considerar algumas questões que se articulam e se complementam. A primeira diz respeito à expansão do Ensino Secundário do país, como se pode observar abaixo:

³ A Reforma Gustavo Capanema (Decreto-Lei nº 4.244, de 1942) alterou a configuração do ensino secundário. Ele foi dividido em dois ciclos: um primeiro de quatro anos, chamado de ginásio, e um segundo de três anos, chamado de colegial (com dois tipos de curso: científico e clássico). Os estabelecimentos de ensino secundário que conseguissem implantar os dois ciclos previstos: ginásio e colegial, chamavam-se “colégio”, enquanto aqueles que somente ofereciam o primeiro ciclo chamavam-se “ginásio”.

⁴ Ciências Naturais também constavam das provas orais dos exames, mas foram suprimidos a partir da Portaria 681-A, de 30 de novembro 1942.

Tabela 1 - Número de matrículas no Brasil, na vigência dos exames.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados extraídos
De Laurence Hallewell (2012, p. 845, 859).

Ano	Primário	Secundário	Superior
1930	2.084.000	83.000	15.000
1935	2.413.594	93.829	26.887
1940	3.302.830	170.057	20.017
1945	3.496.664	256.467	26.757
1950	5.175.887	406.920	44.100
1955	6.292.599	603.515	66.072
1960	7.458.002	1.083.827	93.202
1970	12.812.029	3.738.200	425.478
Aumento aproxima- mado	615%	4.503%	2.836%

O aumento significativo de matrículas no Secundário pode ser lido como evidência de uma preocupação, cada vez maior, das famílias por uma escolarização mais longa para os filhos. As famílias não se restringiam apenas aquelas provenientes da elite, mas também das camadas populares que reconheciam a continuidade dos estudos “como símbolo de *status* e diferenciação social”, conforme apontam algumas pesquisas, como, por exemplo, a de Maria Angélica Minhoto (2007, p. 188). Tal leitura também deve considerar o processo de urbanização e o avanço da industrialização no país, que passaram a exigir formação de mão de obra qualificada. Contudo, ao mesmo tempo, deve-se observar que tal aumento não pode ser considerado como sinônimo de democratização do acesso a esse nível de ensino. Em estudo apresentado no *Seminário Interamericano de Educação Secundária*, em 1955, o Professor Jayme Abreu informa que muito embora o Secundário estivesse perdendo, gradualmente, “seu caráter de escola de classe dominante”, ainda continuava a reiterar esse “espírito em suas formas e funções” (ABREU, 2005, p. 42). Jayme Abreu também destaca, entre outras questões, que o número de escolas secundárias privadas era muito maior que as mantidas pelo poder público, que estavam concentradas nas zonas urbanas, sendo pratica-

mente inexistentes nas zonas rurais. Embora o número de matrículas fosse expressivo, não representava nem 10% da população com idade entre 12 a 18 anos, segundo o recenseamento de 1950.

As questões levantadas por Jayme Abreu são consoantes a diferentes pesquisas que indicam que as políticas voltadas ao Ensino Secundário – formuladas nas décadas de 1930 e 1940 – atendiam a uma parcela bastante reduzida da população e reforçavam ainda mais as hierarquias e dualidades do sistema escolar existente (REZNIK, 1992; NUNES, 2000; DALLABRIDA; CARMINATI, 2007). Importante lembrar que somente o Secundário preparava e dava acesso legal aos cursos superiores. As outras modalidades de Ensino Médio existentes – normal, industrial ou comercial – não permitiam acesso até pelo menos 1953, quando a Lei nº 1.821 aprovou a equivalência entre os diferentes cursos de nível médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores.

Além dos aspectos relevantes da seleção, exclusão, distinção, a história dos exames precisa ser lida também por meio dos seus aspectos simbólicos, pois foi como um “rito de passagem”, saturado de significados, que os exames de admissão ficaram inscritos na memória de gerações de homens e mulheres que estudaram no período de sua vigência⁵. Do mesmo modo – e é no que este artigo se detém – faz-se importante observar as mudanças que os dispositivos de seu funcionamento provocaram tanto na organização do currículo quanto nas finalidades de cada disciplina selecionada para os testes – Português, Matemática, História do Brasil e Geografia – aspecto consequente para os estudos sobre a história das disciplinas escolares ou, ao menos, sobre a conformação de saberes no interior de uma dada disciplina. Segundo André Chervel (1990), os exames exercem um papel regulador sobre a disciplina escolar, chegando mesmo a alterar as finalidades inicialmente prescritas pelas políticas educacionais. Nessa direção, supõe-se que as escolhas dos conteúdos relativos à História do Brasil, feitas pelas escolas secundárias, a partir dos programas oficiais, contribuíram para reorganizar o próprio ensino dessa matéria no Primário, haja vista a necessidade de preparação para

⁵ Esses aspectos foram explorados em dois artigos, já publicados (SILVA, 2015a; 2016).

os exames realizada tanto no ensino regular quanto em cursos ministrados especificamente para preparar as crianças.

Aulas particulares em casas de professores ou em cursos especializados, na própria escola – feitas concomitantemente ao último ano do Primário, ou não, caso daqueles que reprovavam –, foram se tornando cada vez mais comuns nas décadas de 1930 a 1960. A preocupação em preparar as crianças para os exames, constituiu-se em solo fértil para a emergência de um novo nicho no mercado editorial brasileiro: livros preparatórios destinados aos estudantes do último ano do Primário e aos professores que aí atuavam e/ou que ministravam cursos preparatórios. Muitos desses livros alcançaram grande sucesso editorial, alguns deles com sucessivas edições até a extinção da obrigatoriedade dos exames. Os mais lembrados são os livros multidisciplinares, divididos em quatro partes – Português, Matemática, História do Brasil e Geografia – e que traziam na capa os nomes de professores reconhecidos como os responsáveis por cada disciplina.

Neste artigo, discute-se a História do Brasil como saber escolar no contexto da vigência dos exames de admissão ao ginásio, observando a seleção de conteúdos e exercícios em dois dos livros dirigidos a estudantes e professores que mais circularam no período abordado: *Programa de Admissão*, que teve a primeira edição publicada pela Cia. Editora Nacional, em 1956. Ele é assinado pelos professores Aroldo de Azevedo (Geografia), Joaquim Silva e José de Arruda Penteado (História do Brasil), José Cretella Júnior (Português) e Osvaldo Sangiorgi (Matemática). *Admissão ao Ginásio*, da Editora do Brasil S/A, com a primeira edição em 1943. Seus autores são Aída Costa (Português), Marcius Brandão (Matemática), Aurélia Marino (História do Brasil) e Renato Stempniewski (Geografia). Ambos organizavam cada área de saber por meio de textos, exercícios e traziam também algumas imagens coloridas e em preto e branco. Essas duas obras tiveram dezenas de edições e milhares de tiragens e aparecem como índices de memória nas narrativas orais e escritas sobre os exames, o que certamente as credencia como relevantes para serem selecionadas.

A escolha desses livros lhes confere poder e os torna documentos/monumentos (LE GOFF, 2003), nessa condição não devem ser analisados isolados do conjunto de monumentos do qual fazem parte. Por essa razão, a análise empreendida deve levar em conta o contexto de produção desses livros, sua autoria e elementos partilhados por ambos quanto à preocupação com a História do Brasil e a identidade nacional. As chaves de leitura utilizadas envolvem interpretações sobre as representações de nação e de identidade nos discursos da época e que marcam o ensino de História do Brasil. Contudo, assim como qualquer outro documento selecionado para compor o quadro de referências da análise histórica, essas representações nunca terão uma relação direta com as práticas que designam (CHARTIER, 2011).

Entende-se que as seleções de conteúdos observadas nesses livros são práticas que informam e representam percepções do social, da elite intelectual e política em cada contexto histórico específico. Certamente que longe de constituírem-se em discursos neutros, eles produziram estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tinham como principal objetivo “impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). Em seus aspectos simbólicos e políticos essas chaves de leitura também possibilitam interpretar as marcas e interesses sociais que produziam e reproduziam a História como disciplina escolar, ou seja, um “conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com suas finalidades específicas ao conteúdo de que trata e formas próprias para sua apresentação” (FONSECA, 2006, p. 5). Acompanhando Dominique Juliá (2001) e André Chervel (1990), importa destacar que não se entende a disciplina escolar de História nem como uma vulgarização nem como uma adaptação da ciência de referência, mas, sim, como um produto específico da escola que põe em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar. Os livros de admissão fizeram circular prescrições de conteúdos de História e, ao constituírem representações – como resultado de uma prá-

tica leitora dos seus usuários – também contribuíram para a construção da História do Brasil como saber escolar.

Tal discussão não tem a intenção e nem mesmo condições de esgotar o tema, a pesquisa ainda está em desenvolvimento. Por ora, o objetivo principal dessa proposta é contribuir para os estudos e debates sobre as mudanças e permanências nas relações entre determinados projetos de nação, políticas educacionais e a construção do saber histórico escolar, por meio dos manuais didáticos, tomados aqui como suportes de memória (OSSENBACH, 2010).

Livros didáticos e o saber histórico escolar

A reforma de 1931 elaborou o primeiro programa para as escolas secundárias, estabelecendo currículo seriado e frequência obrigatória. A partir de então, a História Geral e a do Brasil passaram a constituir uma única disciplina: a História da Civilização, incluída nas cinco séries do curso secundário. Até 1931, os conteúdos da História Universal e da História do Brasil estavam divididos em apenas três das cadeiras obrigatórias, o que no novo sistema correspondia a apenas três séries. Após 1931, além de o ensino de História ganhar em carga horária, foi sendo delimitado o próprio espaço ocupado pela História do Brasil. Esse processo foi concluído com a Reforma de Gustavo Capanema, 1942, em pleno Estado Novo (1937-1945), com o recrudescimento do nacionalismo, que separou a História Geral da História do Brasil, aumentando consideravelmente sua carga horária no curso ginásial. Foi a reforma de 1931 que, também, assinalou o *boom* editorial de manuais didáticos destinados ao Curso Secundário. Para o Curso Primário, o marco dessa produção foi o início da República.

Convém lembrar que os primeiros manuais didáticos de História do Brasil começaram a aparecer na segunda metade do século XIX, acompanhando a necessidade de o Império brasileiro se afirmar como Estado-Nação. Circe Bittencourt (2008) analisa a construção do saber escolar a

partir dos manuais didáticos. Seu trabalho reflete sobre o papel do livro didático na concretização de projetos educacionais no Brasil, durante o período monárquico e início do regime republicano. Ao destacar os autores das obras didáticas e o lugar de sua produção, a pesquisadora procura identificar, nesse processo, os inúmeros sujeitos históricos envolvidos. Abordando o objeto cultural em suas múltiplas dimensões, a análise também aponta para as articulações entre editoras e Estado, perspectivas mercadológicas e interesses públicos diante de uma complexa publicação. Em suas pesquisas, essa historiadora distingue três momentos da produção didática voltada à História do Brasil. Uma primeira fase identificada como o nascimento do livro escolar de História do Brasil que corresponde às décadas de 1830 a 1840. Uma segunda fase, décadas 1850 a 1870, período marcado pela introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos oficiais escolares para o Secundário e Primário. A década de 1880 foi marcada pela elaboração de livros que seguiam os pressupostos de uma história cientificista, correspondendo à fase de propaganda e, depois, instauração do regime republicano (BITTENCOURT, 2008, p. 136).

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a ampliação do público consumidor fez com que as editoras se interessassem pela publicação de livros escolares. As editoras se voltaram para nomes consagrados da elite intelectual para a elaboração dos livros, dando preferência para professores do Colégio Pedro II e/ou sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (BITTENCOURT, 2008; FONSECA, 2006; GASPARELLO, 2004). Nas décadas de 1930 a 1940, observa-se ainda crescimento maior do mercado livreiro; o que, por sua vez, fez multiplicar os autores didáticos, principalmente os de História, haja vista a importância que o ensino de História assumiu na construção dos ideais de nação, de povo e de unidade. As políticas relativas ao ensino de História e ao próprio contexto de obrigatoriedade dos exames de admissão apontam para um projeto que atribuía ao Ensino Secundário a missão de educar os futuros dirigentes da nação. E, ao ensino de História do Brasil, se atribuía a responsabilidade de ensinar um passado comum que estivesse em consonância com um projeto político, cuja preocupação com o nacio-

nalismo e o desenvolvimento do “espírito brasileiro” era central, principalmente na vigência do Estado Novo. Entende-se que essas funções atribuídas ao ensino de História do Brasil, nesse período, sofreram poucas mudanças, até pelo menos 1961, posto que os fundamentos legais do Secundário permaneceram aqueles atribuídos pela Reforma Capanema com algumas alterações a partir do fim de 1945. As provas escritas e orais, os cursos preparatórios e os livros voltados para um público interessado em alcançar o sucesso nos exames são capazes de indicar a força da tradição de determinados acontecimentos na conformação da História do Brasil como saber escolar.

Diferentes pesquisadores têm reiterado o papel dos manuais didáticos na manutenção de discursos fundadores de valores hegemônicos relacionados a uma determinada memória, em detrimento de outras possíveis (BITTENCOURT, 2008; GATTI JR., 2004; MUNAKATA, 2012). Gabriela Ossenbach (2010) destaca que os manuais escolares são parte integrante do patrimônio histórico educativo, não apenas em razão da memória individual, da forma como cada um lembra dos usos desses livros em seu percurso escolar, mas pela memória coletiva, pelo seu “gran poder para representar las expectativas y mentalidades colectivas de las sociedades escolarizadas” (OSSENBACH, 2010, p. 117). É fundamental, portanto, discutir a dimensão desses impressos, como lugares de memória e como formadores de identidades, evidenciando saberes já consolidados e aceitos socialmente como as “versões autorizadas” da História do Brasil e reconhecidos como representativos de uma história comum.

Um pouco sobre a materialidade dos livros, antes de continuar

O livro *Programa de Admissão*⁶ foi editado pela Cia. Editora Nacional – fundada em 1925, por meio de uma associação comercial entre Jo-

⁶ Registro meus agradecimentos à Professora Maria Helena Câmara Bastos que ce-
deu, de seu acervo pessoal, diferentes livros sobre os exames de admissão, para esta

sé Bento de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, no início dos anos 1930. Ele já liderava o mercado editorial de São Paulo e, na segunda metade dessa década, passou a liderar o mercado nacional. O crescimento da Cia. Editora Nacional acompanhou a ampliação do Ensino Secundário, observada principalmente a partir da década de 1950 (HALLEWELL, 2012).

A pesquisa realizada no Centro de Memória e Pesquisa Histórica do Departamento de História da UNIFESP (Guarulhos/SP) – que possui acervo documental da Cia. Editora Nacional – dá indícios de que o livro *Programa de Admissão* pode ser uma reelaboração de outra obra, publicada em 1931, sob o título de *Exames de Admissão aos Cursos Ginásiais*. Essa obra não tem autoria identificada, na capa do livro e no catálogo da editora há o destaque de que os pontos foram organizados pelos professores do prestigiado Liceu Nacional Rio Branco, de São Paulo. Segundo pesquisa de Arnaldo Pinto Jr. (2010), a primeira experiência do Professor Joaquim Silva como autor na Editora foi para escrever a parte relativa à História do Brasil para esse livro, de 1931. Ainda segundo esse pesquisador (PINTO JR., 2010, p. 119), a participação de Joaquim Silva nessa obra acabou por projetar seu nome em todo o Brasil e credenciá-lo para outras publicações de História da Civilização e História do Brasil. O nome do Professor Joaquim Silva foi sinônimo de manuais didáticos de História produzidos para o Ginásio entre as décadas de 1930 e 1960 (HALLEWELL, 2012; PINTO JR., 2010). Porém, no novo livro, publicado em 1956, assinava com ele, a organização dos conteúdos de História do Brasil, o Professor José de Arruda Penteado que, na época do lançamento desse livro, estava à frente da redação da revista *Atualidades Pedagógicas*, projeto pertencente à Editora. O nome de José Arruda Penteado já não aparece mais na 11ª edição do livro, apenas o de Joaquim Silva.

pesquisa. Também agradeço à Professora Maria Teresa Santos Cunha pela disponibilização da 12ª edição do livro *Programa de Admissão*.

Figura 1 - Capa
Programa de Admissão,
2ª ed. 1956. Fonte:
Acervo pessoal.

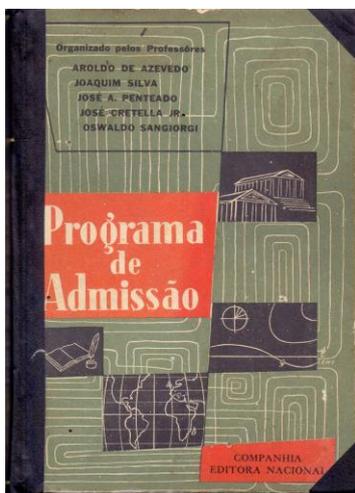


Figura 2 - Capa
Programa de Admissão,
3ª ed. 1957. Fonte:
Acervo pessoal.

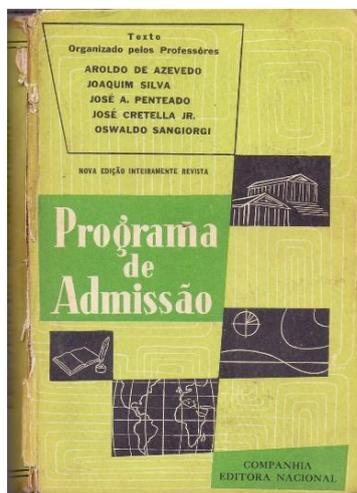
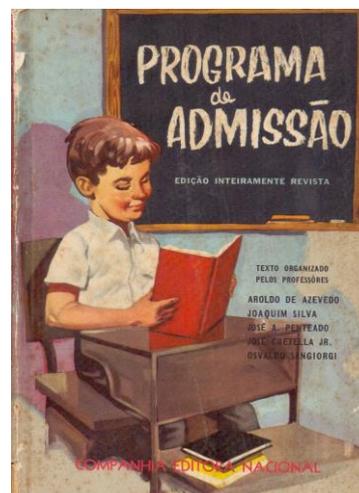


Figura 3 - Capa
Programa de Admissão,
5ª ed. 1959. Fonte:
Acervo pessoal.



O livro possuía capa dura, desde a primeira edição, e o formato não teve alterações significativas nas diferentes edições localizadas na pesquisa (2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 11º, 12º, 19º, 26º), mantendo-se entre 14 cm x 20 cm (2º e 3º edições) e 16 cm x 21 cm (as demais edições). Já o número de páginas variou entre 350 e 516 páginas entre a 2º e a 26º edição. A primeira edição, em 1956, teve 50.000 exemplares e, no mesmo ano, também foi publicada a segunda edição com o dobro de exemplares. A quinta edição, de 1959, teve tiragem de 150.000 exemplares. A 26º edição foi publicada em 1971, ano da extinção oficial dos exames de admissão. Também variou a quantidade e qualidade das imagens, que passaram a aumentar a cada edição.

Mesmo após a aprovação da Lei 5.692, em 1971, que extinguiu os exames, o livro seguiu sendo impresso em parceria com o Instituto Nacional do Livro (MEC), como foi possível observar em uma das correspondências trocadas entre a Editora e a gráfica São Paulo Editora S.A. Esta-belecimento Gráfico, datada em 10 de dezembro de 1971 (Corresp. Geral CEN, envelope 51). Nessa correspondência a gráfica informava ter imprimido mais 70.000 exemplares do livro, conforme o solicitado.

Figura 4 - Capa
Programa de Admissão,
11ª ed. 1964. Fonte:
Acervo pessoal.

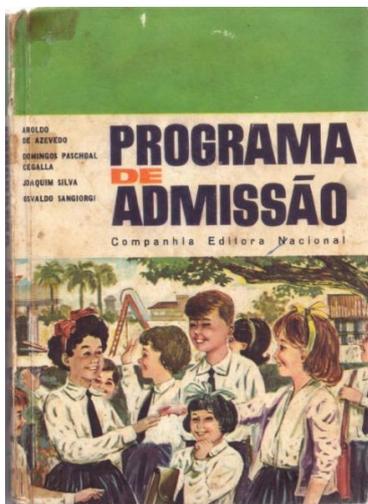


Figura 5 - Capa
Programa de Admissão,
12ª ed. 1965. Fonte:
Acervo pessoal.

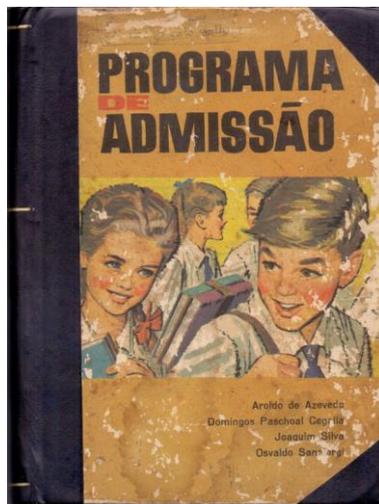
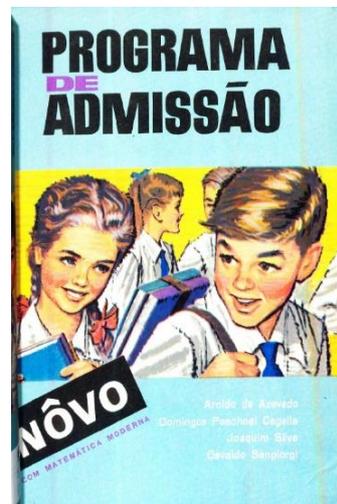


Figura 6 - Capa
Programa de Admissão,
26ª ed. 1971. Fonte:
Acervo Livres/FEUSP.⁷



Além do percurso editorial, o estudo desses livros deve considerar tanto as estratégias usadas pelos autores e editores para impor uma ortodoxia do texto, um itinerário de leitura, quanto às inventividades dos leitores (CHARTIER, 1990). Nessa direção, está claro que após décadas, os livros que preparavam para os exames ultrapassaram sua finalidade original, possivelmente seguiram sendo usados de diferentes maneiras por professores e alunos no cotidiano escolar: uso dos exercícios e textos no preparo das aulas, caso dos professores, ou para estudar os conteúdos para as provas ali mais resumidos. (SILVA, 2015a, 2016).

A Editora do Brasil S/A foi fundada em 1943 quando três autores de manuais didáticos e mais um dos funcionários da Cia. Editora Nacional deixaram a empresa e fundaram a própria editora (HALLEWELL, 2012), com o objetivo de editar e divulgar obras didáticas. Conforme pesquisa realizada por Katya Braghini (2010, p. 13), na ata de sua fundação explicita-se que a Editora teria “especial cuidado, à edição e à divulgação de obras didáticas de caráter cívico, de real valor”.

⁷ LIVRES – *Banco de dados de livros escolares brasileiros*, projeto coordenado pela Prof.^a Dra. Circe Bittencourt. O acervo está localizado na biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

A fundação da editora é a mesma da 1^o edição do livro, o que pode sugerir que o projeto do livro foi paralelo ao da nova editora que surgia. Convém não esquecer que a Cia. Editora Nacional já publicava, desde 1931, o livro *Exames de Admissão aos Cursos Ginásiais* e que o *Programa de Admissão*, que o substituiu, em 1956, era sucesso absoluto de vendas, com mais de uma edição no mesmo ano, aumentando as tiragens continuamente.

Figura 7 - Capa
Admissão ao Ginásio,
25^a ed. 1951. Fonte:
Acervo pessoal.



Figura 8 - Capa
Admissão ao Ginásio,
86^a ed. 1954. Fonte:
Acervo Livres/FEUSP.

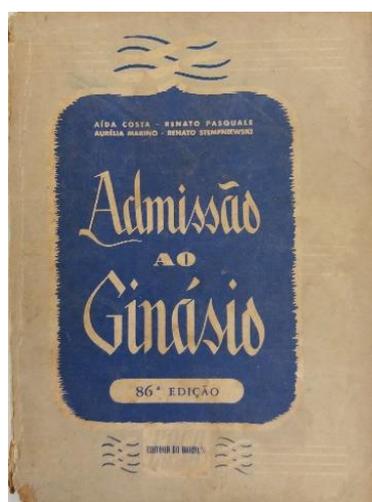
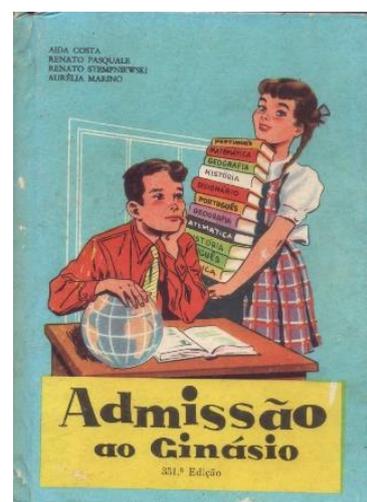


Figura 9 - Capa
Admissão ao Ginásio,
351^a ed. 1961. Fonte:
Acervo Livres/FEUSP.



Aurélia Marino – a autora que assina os conteúdos de História do Brasil – não tinha (teve) projeção nacional na autoria de livros de História como Joaquim Silva. A pesquisa não localizou (até o momento) outros livros assinados por ela, seja no catálogo da Editora, seja em bibliotecas ou bases de dados de manuais didáticos, como o LIVRES. Consulta realizada em jornais paulistanos, na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, informa que ela era sócia fundadora da *Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo*, em 1936, cujo pioneiro foi Mário de Andrade. Em 1942, ela era professora do Ginásio Paulistano e diretora do curso de admissão ao ginásio, ofertado na mesma instituição. Do mesmo modo, pelas notas dos jornais, depreende-se que a família Marino fazia parte da

“sociedade paulistana” da época. Sua profissão, atuação e redes de socialidades são pistas que ajudam a entender seu convite para participar do livro como autora na área de História do Brasil.

Figura 10 - Capa *Admissão ao Ginásio*, 458^a ed. s/a. Fonte: Acervo pessoal.

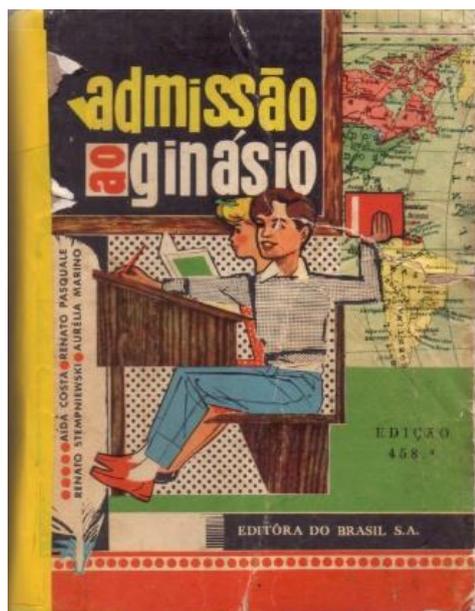


Figura 11 - Capa *Admissão ao Ginásio*, 559^a ed. s/a. Fonte: Acervo pessoal.



O livro *Admissão ao Ginásio*, da Editora do Brasil S/A, certamente pode ser considerado um dos casos mais excepcionais em relação aos números de edições no mercado didático voltado aos exames. Na pesquisa, foram localizadas as seguintes edições: 25^o, 66^o, 86^o, 351^o, 458^o, 534^o, 548^o e 559^o. O livro teve sua primeira edição em 1943 e supõe-se que tenha sido publicado até pelo menos 1970, pois a 559^a edição, mesmo sem o ano, possui informação na página 523, que dá indícios disso:

Em 31 de março de 1964, [...]. Sucedeu-o, eleito pelo Congresso Nacional, o Marechal Artur da Costa e Silva, com a saúde abalada, não pode continuar à testa do governo. Para substituí-lo, o Congresso Nacional elegeu o General Emílio Garrastazu Médici, **que governará o Brasil até o ano de 1974. O Marechal Arthur da Costa e Silva faleceu no dia dezoito de dezembro de 1969**, recebendo de todo Povo Brasileiro as homenagens que lhe eram devidas. **(Grifo meu).**

Nas edições localizadas (25^o, 66^o, 86^o, 181^o, 351^o, 458^o, 534^o, 548^o, 559^o), é possível observar alterações significativas quanto à capa, tamanho, número de páginas, imagens etc. As edições 25^o, 66^o e 86^o são de brochura, com tamanho 13 cm x 18 cm, e praticamente não tem imagens, apenas textos e exercícios. As demais edições são capa dura, com tamanho pouco maior: 15 cm x 20. As páginas também sofrem alterações importantes de edição para edição, a 25^o edição, por exemplo, tem 320 páginas, a 351^o, 414 páginas, e a 559^o, 524 páginas. Também passam a ter mais imagens, tanto coloridas quanto em preto e branco. As imagens, os exercícios e os acréscimos de informações aos textos já existentes explicam o aumento do número de páginas.

Saberes históricos selecionados

Os conteúdos selecionados em ambos os livros são iguais e seguem a mesma sequência cronológica linear e lógica formal: texto seguido de exercícios. Ambos os livros traziam estampados em suas contracapas a informação de que estavam de acordo com os programas oficiais, citando portarias ou leis específicas relacionadas aos conteúdos. Legitimavam-se, assim, como livros oficiais, autorizados a circular. Os principais programas relativos aos conteúdos para o secundário foram formulados na esteira das reformas de 1931 e 1942, e tiveram poucas mudanças mesmo na década de 1950, período de publicação e maior circulação desses livros. Por exemplo, a organização dos conteúdos parte da abordagem que conta a história a partir dos “grandes homens” e ainda “acontecimental” que mobilizaram o debate sobre o ensino de História nas décadas de 1930 e 1940 (REZNIK, 1992). Nota-se que a parte referente à História do Brasil inicia com o “descobrimento da América”, seguido pelo “descobrimento do Brasil”. A base da História do Brasil é a Europa, portanto, é essa perspectiva que dá início a narrativa e que define os

sujeitos ativos nessa história: “descobridores” vindos de Portugal e Espanha, nobres, bandeirantes etc.

Tabela 2 - Índice *História do Brasil* (respeitando a grafia).

Programa de Admissão, 2º edição, 1956.	Admissão ao Ginásio, 86º edição, 1951.
O descobrimento da América; O descobrimento do Brasil; Os indígenas; As capitanias hereditárias; Os três primeiros governadores gerais; Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses; Fundação da cidade; Invasões Holandesas; Entradas e bandeiras; Inconfidência Mineira; Transmigração da família real para o Brasil; Independência do Brasil. Pedro I; 7 de abril. Regência. Padre Feijó; O segundo reinado e D. Pedro II; Guerra do Paraguai; A abolição; A proclamação da república; Governos republicanos.	Descobrimto da América; Descobrimto do Brasil; Os indígenas; Capitanias hereditárias; Os três primeiros Governadores-Gerais; Invasão do Rio de Janeiro pelos franceses. Fundação da cidade; Invasões holandesas; Entradas e bandeiras; Inconfidência Mineira; Transmigração da família real para o Brasil; Independência do Brasil – D. Pedro I; 7 de abril – Regências – Padre Feijó; O Segundo Reinado e D. Pedro II; A Guerra do Paraguai; Abolição do Cativoiro; Proclamação da República; Governos Republicanos.

Nas edições localizadas de ambos os livros, se observa que os textos principais sofreram poucas mudanças, ocorrendo apenas acréscimos de informações, conforme mudavam as edições. Ao longo de seus percursos editoriais, ambos os livros foram se tornando mais ilustrativos com mapas ou retratos de rosto ou corpo inteiro em sua maioria. Os exercícios que se seguiam aos textos possuíam a lógica da “fixação”, ou seja, memorização das informações. Os questionários são uma constante nos dois livros; outras atividades, como questões de assinalar e frases com lacunas para preencher, são recorrentes no *Admissão ao Ginásio*. O *Programa*

de Admissão se diferencia por possuir uma seção chamada “Leituras” que dá informações adicionais sobre personagens históricos que marcaram presença nos textos. Datas notáveis e vultos históricos tornaram-se seções fixas nos dois livros ao longo de suas edições.

Figura 12 - *Programa de Admissão*, 5^o edição, 1959, p. 220.

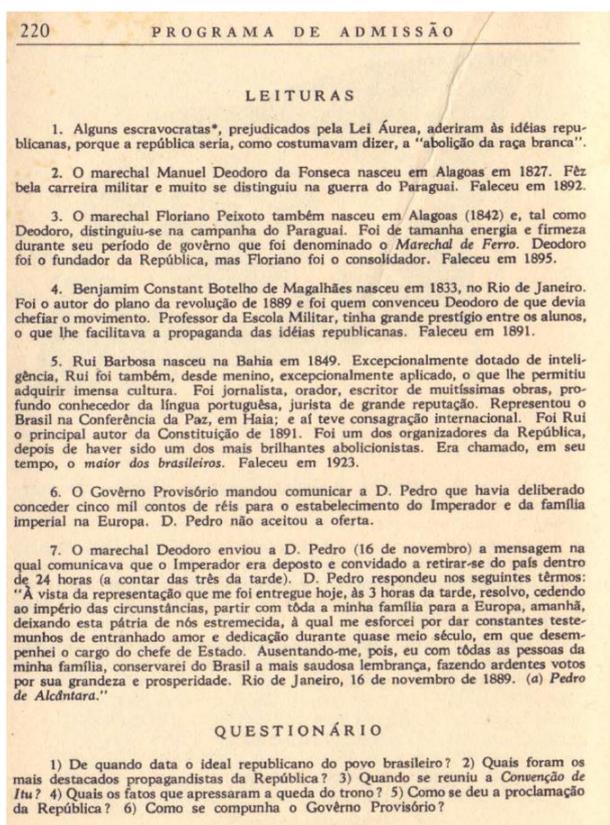
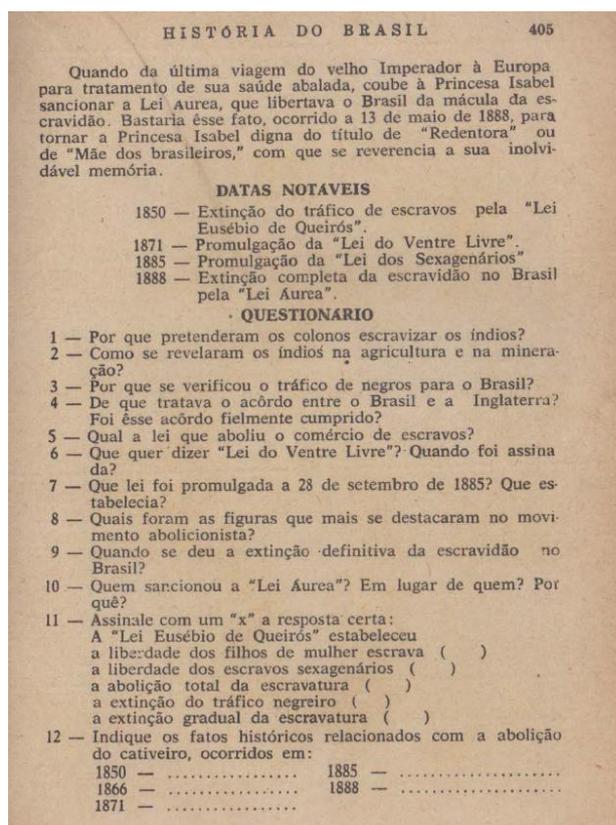


Figura 13 - *Admissão ao Ginásio*, 351^o edição, 1961, p. 405.



Nas diferentes edições e em ambos os livros se observa o lugar de destaque conferido aos símbolos nacionais, como a bandeira, por exemplo. Imagens clássicas como Dom Pedro I, proclamando a independência do Brasil, ou de Deodoro da Fonseca, proclamando a República, fazem parte dos conteúdos relativos à História. A narrativa linear dos acontecimentos, exaltando os feitos da nação ou de personagens históricos e a ausência de conflitos são características também constantes. Mesmo a narrativa sobre “abolição da escravatura” aborda de forma apenas geral questões como violência, tendo por fio condutor leis sucessivas que visa-

vam proibir o tráfico e, por fim, a Lei Áurea de 1888, que aboliu a escravidão no país. A abordagem da História do Brasil, nesses livros, de certa forma evidenciava as políticas que ocultavam ou marginalizavam populações negras e indígenas na configuração histórica do país. Convém lembrar que outras perspectivas, também políticas, sobre essas populações só chegariam aos livros didáticos após a década de 1980.

Pesquisas que tomaram o ensino de História como objeto de estudo (BITTENCOURT, 1990, 2008; ABUD, 2005; FONSECA, 2006; GASPARELLO, 2004; SILVA, 2014a; BOYD, 2000) informam que no Brasil – assim como ocorreu na França, Alemanha, Espanha, EUA, por exemplo – o ensino de História ocupou lugar significativo nos debates e enfrentamentos sobre a importância da compreensão popular de um passado compartilhado. No Brasil, os debates educacionais travados nas décadas de 1820 e 1830 já traziam a preocupação com o ensino de História, que incluía a “História Sagrada”, a “História Universal” e a “História Pátria” (FONSECA, 2006, p. 43). A criação do Colégio Pedro II, em 1837, instituiu programas curriculares oficiais a serem adotados em todas as escolas secundárias do Império. Segundo Thais Nívea Fonseca (2006, p. 48), na segunda metade do século XIX, diferentes reformas curriculares alteraram a distribuição dos conteúdos de História (Sagrada, Antiga, da Idade Média, Moderna, Contemporânea e do Brasil) pelas séries ou agrupando conteúdos. No século XIX, a escrita da História do Brasil e sua divulgação, especialmente nas escolas, fazia parte do projeto de consolidação do Brasil como nação independente.

Claro que se deve relativizar a ideia de que o ensino de História, por si só, tenha forjado uma dada identidade nacional ou ideia de nação, conforme chama a atenção Sol Serrano (2014). Para esta pesquisadora, considerando o contexto chileno de 1850 a 1930, a história nacional teria ocupado espaço no currículo apenas tardiamente e transversalmente. A história europeia foi a privilegiada durante muito tempo nas aulas de História. Aulas essas que apenas uma minoria de estudantes tinha acesso, haja vista a baixa cobertura escolar observada no período. Nesse sentido, estudar a “identidade nacional” sem considerar as práticas relativas à identidade da comunidade escolar e da comunidade local,

predominantes em relação a uma história nacional, “imposta de cima”, resultariam em uma concepção abstrata e linear do fenômeno.

A questão tratada aqui é menos relativa aos efeitos desses discursos na construção de uma dada “identidade nacional” nas crianças e jovens e mais sobre a função que os manuais didáticos adquiriram em tal projeto. Não obstante isso, concorda-se com os argumentos de Sol Serrano (2014), sobretudo em relação à necessidade de se escapar da armadilha de pensar questões relativas a projetos de nação e identidades dentro de uma narrativa eurocêntrica da nação, que abre pouco espaço para perceber que as identidades nacionais, ainda que inventadas, somente se constroem em relação às identidades locais (DUARA, 1996). Para Prasenjit Duara (1996), o nacionalismo raramente é o nacionalismo da nação, num sentido abrangente de pertença, mas, sim, que é reconfigurado sempre a partir do local, onde visões muito diferentes sobre o nacional concorrem e negociam uns com os outros.

Em se tratando do caso brasileiro, em particular, defende-se que houve uma confluência de fatores associados a instituições e práticas de divulgação da história nacional que conferiram lugar de destaque à História na conformação de um dado projeto de nação. E, que, muito embora seja verdade que esse projeto “veio de cima” e que o número de alunos que estudavam História era reduzido, não se pode desprezar que projetos de nação – que fizeram uso da História para se legitimar – circularam e ressoaram de diferentes maneiras em espaços e tempos variados. Clave que permite pensar nas relações que se estabelecem entre cultura histórica e cultura escolar. Cultura histórica, compreendida como as relações estabelecidas entre uma sociedade com seu passado, presente e futuro. Em sua definição de cultura histórica, Jörn Rüsen (2009, p. 172) destaca seu caráter multidimensional – “assim como todas as outras culturas” – que estaria mais especificamente voltado para “expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas; sua substância cognitiva é sempre o conhecimento do *wie es eigentlich gewesen* (como realmente aconteceu)”. Como um conjunto de práticas que informam modos particulares de ação e de organização dos diferentes sujeitos que constituem a escola, num determinado tempo e espaço (JULIA, 2001; VIÑAO FRAGO, 1995), a cultu-

ra escolar dialoga com a cultura histórica que lhe é contemporânea. Conteúdos prescritos, para serem ensinados nas escolas, selecionados em livros didáticos, em exames e provas etc., resultam dessa articulação em que disputas por passados e por determinados projetos, como o de educação e de nação, por exemplo, estão em jogo.

A atuação do IHGB e a relação estabelecida com a disciplina escolar, no século XIX, é exemplo disso. Na cidade do Rio de Janeiro, a história produzida pelo IHGB passava às salas de aula por meio de manuais didáticos, muitas vezes escritos pelos próprios membros do Instituto que, por sua vez, também exerciam o papel de professores da disciplina. Relação semelhante ocorreu entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – HGSC, fundado em 1896, e o saber histórico escolar nesse Estado, nas primeiras décadas do século XX (SILVA; ZAMBONI, 2013; SILVA, 2014a, 2014b; SILVA; CUNHA, 2015b).

Certamente, tal projeto não deu conta de adicionar o povo à equação Estado-Nação. Historicamente lidar com a questão da escravidão e da mestiçagem da população brasileira converteu-se em entrave importante para a elaboração de quem seria o “povo” dessa nação. No século XIX, no momento da ascensão e consolidação do Estado nacional sob o Império, por exemplo, as populações indígenas e negras ficaram de fora da elaboração de um passado comum, pois não eram “portadoras da noção de civilização” (GUIMARÃES, 1988, p. 7). No período que vai da instalação do regime republicano, em 1889, até a década de 1930, a mestiçagem – ou melhor, aquela que envolvia a população afro-brasileira – seguia como problema central nas reflexões sobre a construção da nação e sobre quem seria o “povo brasileiro” (FONSECA, 2006).

Entre 1946 e 1961, as alterações nos programas curriculares de História vinculavam-se à reconstrução do Regime Democrático, após o fim do Estado Novo. Valoriza-se o progresso e a modernização, mas a força da tradição se impõe e os conteúdos clássicos relativos à História do Brasil não se alteram. As mudanças nos currículos e a consequente incorporação pelas editoras de manuais didáticos parecem seguir e repetir o desejo de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989, p. 14), tradições (re)inventadas que seguiram ensinando o Brasil aos brasileiros.

Considerações finais

A escolha dos livros preparatórios para os exames de admissão para pensar a construção do saber histórico escolar deve-se à evidência de que o manual didático não necessariamente acompanha um determinado programa curricular. Às vezes, e sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, é ele que constrói e legitima o que deve ser ensinado e lembrado, assim, legado como memória às gerações futuras. Claro que isso não se dá de forma fixa, linear ou mesmo sem disputas, há negociações e reelaborações constantes nesse processo de seleção que varia com os contextos e tempos ao longo da história. Do mesmo modo que, na condição de prescrição – tanto os manuais didáticos quanto os currículos normativos –, não devem ser tomados como aquilo que se efetiva na sala de aula como um conjunto de normas e práticas. A cultura escolar possui suas próprias operações definindo os conhecimentos a serem ensinados, os quais também variam segundo o tempo e finalidades específicas (JULIA, 2001). Dito isso, não há como negar o fato de que os manuais didáticos são suportes de memória que contribuem para a fixação de sentidos sobre determinados acontecimentos, possibilitando, ao pesquisador, analisar o campo de disputas sobre as memórias que cada sociedade deseja preservar e quais pretende esquecer.

Os livros preparatórios para os exames de admissão certamente regularam e distribuíram de modo eficiente práticas relativas ao ensino de História, contribuindo para fixar finalidades e programas determinados. Esses livros selecionavam o que era considerado mais relevante para ser estudado. Para Chervel (1990), a concepção do saber escolar é fundamental para se entender e ultrapassar os pressupostos de uma visão que reforça a ideia de que os agentes históricos que promovem as mudanças estão fora da escola: elites intelectuais ou poder político institucional. O ensino de História, por meio de seus programas e manuais didáticos, fez circular pedagogias que investiam na construção de cidadãos para determinados projetos de cunho nacionalista, contribuindo, assim, para forjar a noção de Estado moderno.

Esse projeto de matriz nacionalista solapou diferenças étnicas, sociais e culturais ao afirmar as identidades nacionais em nome da nação e continuou presente também ao longo do século XX. Os manuais didáticos utilizados nas escolas e as seleções de conteúdo a serem ensinados produzem também uma determinada História, visto que “atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história” (FONSECA, 2006, p. 73). Como objeto e produto cultural, além de inscrever-se em uma longa tradição, o manual didático é um objeto cultural contraditório que porta um sistema de valores, de determinadas ideias, de uma cultura (BITTENCOURT, 2004). Nesse sentido, não pode e nem deve ser pensado separadamente – tanto na sua elaboração quanto na sua utilização – das circunstâncias e das condições históricas de seu tempo.

Importa, ainda, destacar que pesquisas preocupadas com a organização do ensino de História relacionada a uma determinada cultura escolar e demais culturas que lhe são contemporâneas, numa perspectiva histórica, são absolutamente atuais e necessárias. Nas últimas décadas, pesquisadores⁸ de diferentes lugares têm apontado para deslocamentos importantes relativos às funções do ensino de História na Educação Básica e às conseqüentes dificuldades de se ensinar história no presente. Tais deslocamentos referem-se a, pelo menos, três ordens de questões que se articulam: a erosão das grandes narrativas históricas, notadamente aquelas que sustentavam o projeto de Estado-Nação, o dever de memória articulado a usos do passado e a história de grande circulação e os deslocamentos em relação à percepção das temporalidades observadas nas últimas décadas. É preciso conhecer melhor essas mudanças, mas também as permanências, as reelaborações e as disputas em torno da organização do ensino de História. Pensar o ensino de História implica também refle-

⁸ Apenas como ilustração citam-se algumas reflexões relacionadas ao ensino de História advindas do México, do Canadá, do Reino Unido, da Espanha, da França, de Portugal e do Brasil: Raimundo Cuesta Fernandez (1997); Sebastian Plá (2005); Peter Lee (2011); Joaquim Prats (2000); Christian Delacroix e Patrick Garcia (1998); Christian Laville (2005); Bittencourt (2004); Maria Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca (2009); Marlene Cainelli (2009).

tir dimensões da formação inicial e do ensino na Educação Básica para que os debates e combates em defesa da História e de seu ensino sejam subsidiados por argumentos consistentes e embasados político e historicamente.

* * *

Referências

- ABREU, J. A educação secundária no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/75/473>>. Acesso em: 11 dez. 2015. (Publicado originalmente na RBEP v. 23, n. 58, p. 26-104, abr./jun. 1955). Acesso em: 23 nov. 2015.
- ABUD, K. Currículos de história e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.) *O Saber Histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 28-41.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- AZEVEDO, A.; SILVA, J.; PENTEADO, J. A.; CRETELLA JR. J.; SANGIORGI, O. *Programa de Admissão*. 2º ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.
- _____. *Programa de Admissão*. 3º ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.
- _____. *Programa de Admissão*. 5º ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.
- AZEVEDO, A.; SILVA, J.; CRETELLA JR. J.; SANGIORGI, O. *Programa de Admissão*. 11º ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1964.
- _____. *Programa de Admissão*. 12º ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- _____. *Programa de Admissão*. 26º ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.
- BITTENCOURT, C. Apresentação. Em foco: História, produção e memória do livro didático. *Educação e Pesquisa*, set./dez. 2004, v. 30, n. 3, p. 471-473. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a07v3on3.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

_____. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. *Pátria, civilização e trabalho*. São Paulo. Edições Loyola, 1990.

BOYD, C. P. *Historia Patria: Política, historia e identidad nacional en España (1875-1975)*. Colección Educación y conocimiento. Ediciones Pomares-Corredor. Barcelona, 2000.

BRAGHINI, K. M. Z. *A “Vanguarda Brasileira”: a juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP, 2010.

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de Abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

_____. Portaria nº 681-A, de 30 de novembro de 1942. In: MINHOTO, Maria Angélica P. *Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio*. São Paulo, 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP. ANEXO.

_____. Lei nº 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1821-12-marco-1953-366631-normaactualizada-pl.html>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CAINELLI, M. Educação histórica: o desafio de ensinar História no ensino fundamental. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I. (org.). *Aprender história: perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009, p. 117-137.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, Douros, v. 13, n. 24, 2011, p. 15-29.

CHERVEL, A. A história das disciplinas escolares: reflexão sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

- COSTA, A., BRANDÃO, M.; STEMPNIEWSKI, R.; MARINO, A. *Admissão ao Ginásio*. 25^o ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1951.
- _____. *Admissão ao Ginásio*. 86^o ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1954.
- _____. *Admissão ao Ginásio*. 351^o ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1961.
- _____. *Admissão ao Ginásio*. 458^o ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, s/a.
- _____. *Admissão ao Ginásio*. 559^o ed. São Paulo: Editora do Brasil S/A, s/a.
- DALLABRIDA, N.; CARMINATI, C. J. (orgs). *O tempo dos Ginásios: o ensino secundário em Santa Catarina (final do Século XIX, meados do século XX)*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Florianópolis: UDESC, 2007.
- DELACROIX, C.; GARCIA, P. L'inflexion patrimoniale: l'enseignement de l'histoire au risque de l'identité? *Espaces Temps*, 66-67, 1998, p. 111-136. Histoire/géographie, 1. L'arrangement. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/espat_0339-3267_1998_num_66_1_4045>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- DUARA, P. Historicizing national identity, or Who imagines what an when. In: ELEY, Geoff; SUNY, Ronald Grigor (org.) *Becoming National: a reader*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 151-177.
- FERNANDEZ, R. C. *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.
- FONSECA, T. N. L. *História & Ensino de História*. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GASPARELLO, A. M. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação na escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.
- GATTI JR., D. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauro/SP : Edusc, 2004.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FVG/CPDOC, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. Tradução de Maria da Penha Villalobos et al. São Paulo, EDUSP, 2012.
- JULIA, D. A Cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- LAVILLE, C. Em educação histórica e memória não vale a razão! *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 41, p. 13-41, jun. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&

- pid=So102-46982005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 fev. 2015.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira *et al.* 5. Ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEE, P. Por que aprender História? *Educar em Revista*, Curitiba, n. 42, p. 19-42, out./dez. 2011.
- MINHOTO, M. A. P. *Da progressão do ensino elementar ao ensino secundário (1931-1945): crítica do exame de admissão ao ginásio*. Tese (Doutorado em Educação). PUC-SP. São Paulo, 2007.
- MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.
- NUNES, C. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, Maio/Ago., 2000.
- OSSENBACH, G. Manuales escolares y patrimonio histórico-educativo. *Educatio Siglo XXI*, Vol. 28 n. 2, 2010, p. 115-132. Disponível em: <<http://revistas.um.es/educatio/article/view/111991/106311>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- PINTO JR., A. *Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1952)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- PLÁ, S. *Aprender a pensar historicamente*. La escritura de la historia en el bachillerato. México, Plaza y Valdés-Colegio Madrid, 2005.
- PRATS, J. Dificultades para la enseñanza de la Historia en la Educación Secundaria: reflexiones ante la situación española. *Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales*, v. 5, n. 5, p. 71-98, Ene./Dec. 2000. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/23950/1/joaquin_prats.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- REZNIK, L. *Tecendo o amanhã*. A história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos (1931 a 1945). 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1992.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, p. 163-209, março 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh>>. Acesso: 20 maio 2012.
- SCHMIDT, M. A.; BARCA, I. (org.). *Aprender História: perspectivas da educação histórica*. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009.
- SERRANO, S. Enseñanza de la historia e identidad nacional: Un vínculo a historizar desde la experiencia chilena, 1850-1930. *Encounters in*

Theory and History of Education, v. 15, p. 209-222, nov. 2014. ISSN 1925-8992. Disponível em: <<http://library.queensu.ca/ojs/index.php/encounters/article/view/5340/5280>>. Acesso: 03 jan. 2016.

SILVA, C. B. (org.). *Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940*. Curitiba: CRV, 2014a.

SILVA, C. B. Autores, textos e leitores: diferentes formas de narrar o “tempo dos exames de admissão ao ginásio” (1950-1970). *História Oral*, vol. 19, n.1, p.81-114, jan./jun. 2016.

SILVA, C. B. Nação e Região e a unidade nacional: uma leitura a partir de dois livros didáticos de História publicados na Primeira República. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.19, n.57, p.349-374, abr./jun. 2014b.

SILVA, C. B. Narrativa digitais sobre os exames de admissão ao ginásio: ego-documentos e cultura escrita na história do tempo presente. Tempo e Argumento. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC*. Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 05 – 41. maio/ago. 2015a.

SILVA, C. B.; CUNHA, M. T. S. Historiografia catarinense e a escrita da história escolar de Lucas Alexandre Boiteux no início do século XX. *Cadernos de História da Educação*, v. 14, n. 2, p.551-568, mai./ago. 2015b.

SILVA, C. B.; ZAMBONI, E. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 1, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

Recebido em 30 de janeiro de 2018.
Aprovado em 13 de março de 2018.